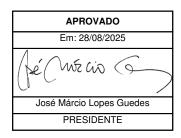




Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Número: 000244/2025



As constantes paralisações dos rodoviários em Juiz de Fora, especialmente motivadas por reivindicações de reajustes salariais, têm causado enormes transtornos à população, em especial àqueles que dependem exclusivamente do transporte público para deslocamento diário ao trabalho, escolas, hospitais e demais atividades essenciais.

Diante desse cenário, cabe ao Poder Legislativo exercer seu dever constitucional de fiscalização, buscando informações claras e precisas sobre a aplicação dos recursos públicos no sistema de transporte coletivo, notadamente os subsídios tarifários pagos pelo Município ao Consórcio Via JF.

A análise detalhada dos valores pagos nos últimos dois exercícios, bem como no exercício corrente, é fundamental para garantir transparência e eficiência na gestão desses recursos, especialmente considerando que tais repasses têm impacto direto nas contas públicas e, consequentemente, na vida de todos os cidadãos.

Além disso, os esclarecimentos sobre os mecanismos de controle e fiscalização adotados pelo Executivo Municipal são indispensáveis para verificar se a aplicação dos subsídios está cumprindo a finalidade legal e contratual, bem como para identificar eventuais falhas administrativas que possam estar contribuindo para o atual cenário de instabilidade no sistema.

O fornecimento das informações e documentos solicitados permitirá a esta Casa Legislativa não apenas acompanhar com maior rigor a execução dos contratos com o Consórcio Via JF, mas também subsidiar o debate público e a proposição de soluções que assegurem um serviço de transporte público eficiente, contínuo e digno para a população de Juiz de Fora.

Nestes termos, e considerando a urgência do tema, solicita-se que as informações requeridas sejam encaminhadas no prazo legal, preferencialmente em meio digital, para viabilizar análise técnica adequada por este Legislativo.

Diante do exposto, este vereador vem, nos termos regimentais, <u>requer</u> a Mesa Diretora, ouvido o soberano plenário, que solicite à Exma. Prefeita Municipal para que, no prazo legal, a apresente as seguintes informações:

- a) Informar os valores totais pagos a título de subsídios tarifários nos dois últimos exercícios financeiros completos (2023 e 2024), discriminando, mês a mês, os valores efetivamente repassados;
- b) Informar os valores já pagos no exercício de 2025, até a data do recebimento deste pedido, também com detalhamento mensal;
- c) Encaminhar cópias digitalizadas em formato PDF de todos os documentos relacionados aos pagamentos mencionados (Extratos ou comprovantes bancários de transferência dos recursos e/ou processos administrativos que instruíram os repasses);

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: 152319





- d) Informar se as recentes paralisações do sistema de transporte coletivo, motivadas por reajustes salariais pleiteados pelos rodoviários, possuem relação com possíveis atrasos de repasses dos subsídios por parte da Prefeitura ou se decorrem exclusivamente de tratativas internas entre o Consórcio Via JF e os trabalhadores:
- e) Explicar quais mecanismos de acompanhamento, fiscalização e auditoria vêm sendo aplicados pelo Município para monitorar o uso dos recursos públicos destinados a subsidiar a tarifa, garantindo a correta aplicação dos valores repassados.

Palácio Barbosa Lima, 28 de agosto de 2025.

Carlos Alberto de Mello Vereador Sargento Mello Casal - PL

fait Al

